

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
UNIR - *CAMPUS* CACOAL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

DERISVALDO VIEIRA DA SILVA

**PRINCÍPIO DA ENTIDADE SOB A ÓTICA DOS EMPRESÁRIOS DO
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI - RO**

**Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo**

**Cacoal
2009**

DERISVALDO VIEIRA DA SILVA

**PRINCÍPIO DA ENTIDADE SOB A ÓTICA DOS EMPRESÁRIOS DO
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI - RO**

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia, *Campus* Cacoal, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Profº. Esp. Clodoaldo de Oliveira Freitas.

**Cacoal
2009**

O PRINCÍPIO DA ENTIDADE SOB A ÓTICA DOS EMPRESÁRIOS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI - RO

Por

DERISVALDO VIEIRA DA SILVA

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia, Curso de Ciências Contábeis, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, mediante a Banca Examinadora formada por:

Presidente

Profº. Esp. Clodoaldo de Oliveira Freitas.– Orientador/UNIR

Membro

Profª. Ms. Maria Bernadete Junkes - UNIR

Membro

Profª. Esp. Andréia Duarte Aleixo - UNIR

**Cacoal
2009**

O PRINCÍPIO DA ENTIDADE SOB A ÓTICA DOS EMPRESÁRIOS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI – RO

Derisvaldo Vieira da Silva¹

RESUMO: O presente artigo fez uma análise do Princípio da Entidade sob a ótica dos empresários do município de Presidente Médici-RO, enfatizando a importância da sua aplicação para o gerenciamento organizacional e para a Contabilidade, para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica sobre o tema, bem como pesquisa de campo aplicada no centro comercial do município com 37 empresários. Observou-se que 38% dos empresários afirmaram ter adquirido o conhecimento por meio de cursos, palestras, experiência adquirida com o tempo e não por meio da orientação do contador. Verificou-se que 62% dos empresários não realizam a separação entre o patrimônio pessoal e o da empresa, destes 24% desconhecem o princípio e não observam, 14% conhecem mas ignoram essa obrigação e 24% pensam realizar a separação quando na prática não realizam. Os principais fatores que contribuíram para a não observância do Princípio foram à falta de orientação do profissional contábil e a resistência à quebra de paradigmas.

Palavras-chave: Contabilidade. Patrimônio. Gerenciamento.

INTRODUÇÃO

A Contabilidade tornou-se vital para o eficaz gerenciamento das organizações, pois suas informações quando revestidas dos Princípios e Normas Contábeis, tornam-se legítimas, dignas de confiabilidade proporcionando a seus usuários subsídios que os auxiliem em suas decisões.

O Princípio da Entidade, o primeiro dos sete princípios fundamentais de contabilidade reconhece como objeto de estudo da Contabilidade o patrimônio das entidades e que as mesmas possuem autonomia patrimonial. Assim, não se deve confundir o patrimônio dos sócios ou proprietários com o da empresa (RESOLUÇÃO CFC nº 750, 1993).

Autores como Iudícibus (2006), Sá (2006), Fontes (2001) e outros abordam que não observar o Princípio da Entidade acarreta graves consequências para o gerenciamento organizacional, ocasionando distorções nas informações contábeis, impossibilitando o gestor visualizar a real situação patrimonial da empresa nas demonstrações, podendo, em certos casos, levar a descontinuidade da empresa. Assim, para que a Contabilidade cumpra com o seu papel de registrar, analisar, informar com fidedignidade e transparência as variações

¹ Graduando em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus de Cacoal, sob a orientação do Professor Especialista Clodoaldo de Oliveira Freitas.

patrimoniais, visando auxiliar os empresários e gestores na tomada de decisão, é imprescindível que os mesmos, conheçam e apliquem o Princípio da Entidade em suas empresas, haja vista, que a aplicação desse Princípio é obrigatória e constitui um atributo de legitimidade às informações contábeis (RESOLUÇÃO CFC nº 714, 1994). Para tanto, torna-se indispensável à figura do profissional contábil, partindo do pressuposto de que o Contador possui a qualificação, o dever e a responsabilidade em transmitir aos seus clientes as devidas orientações com relação às exigências do referido Princípio.

O presente trabalho teve como objetivo geral verificar se os empresários do Município de Presidente Médici-RO, conhecem e observam o Princípio da Entidade em suas empresas. Teve como objetivos específicos: descrever os Princípios Fundamentais de Contabilidade enfatizando a relevância do princípio da entidade no gerenciamento organizacional para que os empresários/gestores obtenham informações contábeis confiáveis para a tomada de decisão; verificar por meio de pesquisa de campo se os empresários aplicam o Princípio da Entidade em suas empresas, bem como, saber se os contadores forneceram as devidas orientações aos empresários quanto à observância do referido princípio.

Esta pesquisa justifica-se pela relevância que o Princípio da Entidade possui para a contabilidade e para o gerenciamento organizacional, bem como, pelo fato de não se ter encontrado outras pesquisas relacionadas a este tema no Município de Presidente Médici.

Diante desse contexto surge a seguinte indagação: Os empresários do Município de Presidente Médici-RO observam o Princípio da Entidade em suas empresas?

Para a estrutura deste artigo, foram utilizadas, pesquisas bibliográficas visando à fundamentação teórica, bem como pesquisa de campo, a população selecionada para a realização da pesquisa foi levantada com base nos dados cadastrais de pessoa jurídica associada à Associação Comercial e Industrial do Município de Presidente Médici-RO, haja vista que a mesma possui em seu quadro associativo um total de 128 (cento e vinte oito) empresas ativas no Município, conforme o anexo A.

O método de abordagem desta pesquisa foi o dedutivo com pesquisa quantitativa. O método de amostragem utilizado foi à probabilística por área e o critério adotado para a seleção da amostra foi o por conglomerado, segundo Gil (2006, p. 123) conglomerados típicos são bairros, famílias, organizações, edifícios, fazendas, etc..

A técnica de pesquisa utilizada foi um questionário estruturado, o qual continha 15 questões fechadas e de múltipla escolha.

A pesquisa foi aplicada no centro comercial do Município, localizado na Avenida 30 de Junho no perímetro entre a Rua São Paulo e Rua JK, bem como na Rua Nova Brasília no

perímetro entre a Avenida Porto Velho e Avenida 30 de Junho. No dia 10 de Agosto de 2009, foram entregues os questionários a 40 (quarenta) empresários de diferentes empresas, sendo recolhidos no dia 12 de Agosto de 2009. Destes 37 responderam os questionários e 03 se recusaram a responder.

1 CONTABILIDADE

A Contabilidade, ao longo dos anos, deixou de ser apenas um instrumento de registro do patrimônio. Passou a ser uma ciência, com princípios e normas que direcionam e regulamentam a atividade contábil, influenciando de maneira direta o gerenciamento organizacional, por meio do estudo, da análise e da interpretação dos fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, fornecendo aos seus usuários, subsídios que os auxiliem na tomada de decisão. Entretanto, para que seus usuários obtenham informações precisas e transparente sobre o patrimônio da empresa se faz indispensável à observância dos princípios e normas contábeis (ORRÚ, 1991).

1.1 Contexto Histórico

Desde os primórdios a contabilidade era desenvolvida, mesmo que de maneira rudimentar, nossos antepassados já a utilizavam. Esse período foi denominado de “INTUITIVO PRIMITIVO: foi vivido nos períodos líticos, da pré-história da humanidade, caracterizando-se pelas manifestações rudimentares de arte e pré-escrita, dedicado à simples memória rudimentar da riqueza” (SÁ, 2006, p. 27) [grifo do autor].

Iudícibus (2006 p. 48) diz que “A contabilidade é tão remota quanto o homem que pensa, ou, melhor dizendo, que conta.”

Alguns autores como Hendriksen e Van Breda (2007) abordam sobre o surgimento e avanço da Contabilidade através dos tempos. Eles comentam que não se sabe quem há inventou, o que se sabe é que, ao longo dos anos, ela evoluiu e recebeu influência de diversas civilizações, como: Árabes, Egípcios, Indianos, Italianos, e tantos outros, sem dúvida ela foi um produto de influência dos povos do mundo todo. Diversas foram às mudanças tecnológicas e socioeconômicas (o surgimento da escrita, o desenvolvimento da aritmética, o uso da moeda como denominador comum, o descobrimento da América, a revolução industrial, etc...) que impulsionaram o avanço da Contabilidade.

No final do século XIII e meados do século XVII, período conhecido por Renascença, caracterizado pela transição do feudalismo para o capitalismo, quando ocorreram diversas transformações no meio cultural, social, filosófico e científico, descobriu-se um importante método de escrituração contábil, o das partidas dobradas, não se sabe quem o inventou, contudo, a primeira obra publicada a respeito da escrituração por partidas dobradas, surgiu na cidade de Veneza, Itália, em 1494, com a publicação do livro denominado: *Summa de Arithmetica, Geometria Proportioni et Proportionalita*, escrito pelo Frei Franciscano Luca Pacioli, o mesmo foi professor e estudante nas universidades de Perúdia, Florença, Pisa e Bolonha, foi sem dúvida a mais importante publicação da época. (Iden).

Sobre este livro, os autores citados comentam que tratava principalmente sobre matemática, no entanto, havia uma seção sobre as partidas dobradas, denominada *Particularis de Computis et Scripturis*, onde Pacioli, relatava em minúcias o que se deve fazer na escrituração contábil e, nesse contexto iniciou-se de fato a literatura Contábil. Desse período até o século XVI, a contabilidade tinha como objetivo apenas produzir informações ao proprietário, não se tinha a preocupação em adotar padrões uniformes de divulgação, mesmo porque, o patrimônio e as contas eram mantidos em sigilo absoluto, tendo acesso a elas apenas o proprietário. Outro aspecto relevante era a não distinção entre negócios pessoais e empresariais de um proprietário, portanto, não havia o conceito de entidade e separação entre o patrimônio do empresário e da empresa existente atualmente (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 2007).

A Contabilidade passou por um período de “Estagnação”, do final do século XV até as últimas décadas do século XVIII, período em que poucos foram às modificações nas técnicas de escrituração contábil, os contabilistas da época preocuparam-se apenas em atender as necessidades de escrituração da empresa mercantil, portanto, pouco, ou, quase nada se desenvolveu na área de teoria da Contabilidade, porém, uma vantagem desse período foi o deslocamento das partidas dobradas juntamente com o comércio, para diversos países, o que proporcionou à Contabilidade a expansão territorial. Esse período finda ao começar o avanço mais importante para a contabilidade: o advento da Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, nas últimas décadas do século XVIII, quando funcionaram as primeiras fábricas com máquinas a vapor (SANTOS; SCHMIDT e MACHADO, 2005).

Com o aparecimento das indústrias e das sociedades por ações, surgiu também a figura do administrador e do investidor, e, a exigência de sistemas contábeis mais complexos para atender a necessidade de evidenciação do patrimônio da empresa, necessitou-se de especialistas em Contabilidade é nesse contexto que surge a profissão, Contador, encarregado

de realizar um dos principais objetivos da Contabilidade a elaboração de relatórios que demonstrem a situação patrimonial da empresa a proprietários ausentes, ou seja, sócios e investidores (HENDRIKSEN e VAN BREDÁ, 2007).

Outro acontecimento importante para a Contabilidade foi à industrialização dos Estados Unidos no século XIX, que, acompanhada da entrada de capital estrangeiro, vindo principalmente da Grã-Bretanha, obrigou contadores autorizados britânicos a trabalharem como auditores nas grandes indústrias norte-americanas, levando juntamente com eles novas técnicas contábeis, este fato foi de suma importância para o desenvolvimento da Contabilidade no país. E, a partir do século XX os Estados Unidos em plena ascensão econômica e cultural passou a investir no estudo e aprimoramento das técnicas contábeis, tornando-se a principal escola na área contábil, criou universidades para a formação de contadores e demonstrou por meio de estudos a importância da Contabilidade como ferramenta para a tomada de decisões (NAGATSUKA e TELES, 2002).

Ao longo da história, diversos foram os fatores que contribuíram para o desenvolvimento da Contabilidade, assim, coube a ela adaptar-se às mudanças sociais, política e econômicas ocorridas na sociedade.

Com a evolução da sociedade e para atender os interesses da mesma, a contabilidade evoluiu, tornou-se de fato uma ciência, com Princípios e Normas que regulamentam e direcionam a atividade contábil vindo possibilitar ao homem não só o registro dos fatos contábeis, mas, principalmente, o estudo, a análise e a interpretação dos fenômenos patrimoniais das entidades (SANTOS; SCHIMIDT e MACHADO, 2005).

1.2 Conceito e Importância

Segundo Santos, Schmidt e Machado (2005, p.13) “entende-se por ciência todo conhecimento que se deduz pela razão, portanto reflexivo, sustentado na racionalidade lógica”.

“Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais” (SÁ, 2006, p. 46).

Franco (1997, p. 21) define Contabilidade da seguinte forma:

É a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação

necessárias à tomada de decisões sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

A Contabilidade assumiu a missão de auxiliar seus usuários, por meio de informações precisas, úteis e eficazes diante da tomada de decisão. Tornando-se as informações contábeis um instrumento crucial para o controle e sucesso da gestão patrimonial das entidades. Segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p.30), “A verdade da Contabilidade reside em ser instrumento útil para a tomada de decisões pelo usuário, tendo em vista a entidade”.

Conhecer a Contabilidade (teórica-prática) é imprescindível ao correto e eficaz gerenciamento dos recursos econômicos e financeiros das empresas. Sá (2006, p. 99) diz que: “Grande parte dos erros que se cometem na administração decorre da falta de atenção aos dados e orientações que a Contabilidade pode oferecer”.

É nesse contexto que surge à importância de se observar os Princípios e Normas contábeis, pois, os Princípios Fundamentais de Contabilidade trazem em sua essência as premissas básicas da Ciência Contábil, são direcionadores que possibilitam a Contabilidade alcançar sua finalidade, bem informar (FRANCO, 1997).

2 ENTIDADE

Para melhor compreender o campo de atuação da Contabilidade, sendo seu objeto de estudo o patrimônio das entidades, torna-se imprescindível conceituar o que venha ser Entidade Contábil.

Entidade segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p.35) possui o seguinte conceito: “Entidades são conjuntos de pessoas, recursos e organizações capazes de exercer atividade econômica, como meio ou fim”.

Santos, Schmidt e Machado (2005, p. 30) afirmam que:

A entidade poderá ser composta de uma ou mais pessoas físicas, ou qualquer tipo de pessoa jurídica, tais como: pessoa física; famílias; empresas; governo; sociedades beneficentes, religiosas, culturais, esportivas de lazer, técnicas; sociedades cooperativas; fundos de investimentos e outras modalidades afins, etc.

Assim, a definição da entidade contábil consiste em determinar a unidade econômica que exerce controle sobre certos recursos, aceita responsabilidade por assumir compromisso em conduzir determinada atividade econômica, podendo ser considerado uma entidade

contábil: um indivíduo, uma sociedade por quotas ou uma sociedade por ações ou grupo consolidado envolvido em atividade com ou sem fins lucrativos (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 2007).

No Brasil, as empresas são classificadas conforme o porte em Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Médio Porte e Grande Porte, a tabela 1 mostra o enquadramento das empresas de acordo com o número de empregados, segundo classificação utilizada pelo Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas:

Tabela 1 - Classificação das empresas baseada no número de empregados

Porte/Setor	Indústria	Comércio e Serviços
Microempresas	Até 19	Até 9
Empresas de Pequeno Porte	De 20 a 99	De 10 a 49
Média	De 100 a 499	De 50 a 99
Grande	500 ou mais	100 ou mais

Fonte: SEBRAE (2009)

O presente critério não possui fundamentação legal, vale o previsto na legislação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar 123/2006) que estabelece o porte das empresas segundo o faturamento anual.

A tabela 2 mostra o enquadramento da Micro e Pequena Empresa de acordo com o faturamento anual, conforme a Lei Complementar nº 123/06 :

Tabela 2 – Classificação das empresas baseada no faturamento anual

Porte	Faturamento anual
Microempresa	Até R\$ 240.000 por ano
Empresas de Pequeno Porte	Acima de R\$ 240.000 até 2.400.000

Fonte: Lei Complementar nº 123/06 (BRASIL, 2006)

Não há um critério geral na legislação tributária vigente, que define o faturamento anual das empresas de médio e grande porte, a não ser o especificado na lei nº 11.638 de 28

de dezembro de 2007, que em seu art. 3º parágrafo único define o porte das grandes empresas exclusivamente para a aplicação desta lei da seguinte forma:

Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

3 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE

Conhecer os princípios fundamentais da Contabilidade proporciona um maior controle e organização na execução dos procedimentos contábeis. O conceito de princípio nesse sentido é muito amplo.

Franco (1997, p. 13) apresenta a seguinte definição:

Princípio é a causa da qual algo procede. É a origem, o começo de um fenômeno ou de uma série de fenômenos. Os princípios, quando entendidos como preceitos básicos e fundamentais de uma doutrina, são imutáveis, quaisquer que sejam as circunstâncias de tempo e lugar em que a doutrina é estudada e tais princípios são aplicados.

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade surgiram com prática reiterada da atividade contábil, quando profissionais contábeis sentiram a necessidade de adotar critérios uniformes para a elaboração das demonstrações contábeis. Portanto, os Princípios Fundamentais de Contabilidades são exemplos de mecanismos criados para assegurar o patrimônio às entidades, estabelecer a padronização das demonstrações contábeis no intuito de que as mesmas possam informar de maneira satisfatória e transparente a real situação patrimonial, e assim, possam dar condições à continuidade da empresa (IUDÍCIBUS e MARION, 2006).

Os Princípios constituem sempre os alicerces de uma ciência, revestindo-se dos atributos de universalidade e veracidade, conservando validade em qualquer circunstância (SANTOS; SCHMIDT e MACHADO, 2005).

A Contabilidade tem por objetivo informar os fenômenos patrimoniais aos administradores e demais usuários por meio das demonstrações contábeis, tendo como finalidade auxiliá-los na tomada de decisões, e para tanto se faz necessário que essas informações sejam verdadeiras e precisas, tornando-se imprescindíveis regras, normas, embasamento legal que sustentem esse posicionamento. Assim, as informações contábeis quando revestidas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade trazem em sua essência a

presunção de legitimidade, ou seja, enquadradas dentro das legislações que regulam as demonstrações contábeis essas informações se tornam fidedignas, transparentes, verdadeiros espelhos que refletem a fiel imagem do patrimônio da empresa (CFC, 2003, p. 37).

3.1 Princípios Fundamentais de Contabilidade no Brasil

No Brasil, o principal órgão legislador dos Princípios e Normas Contábeis é o CFC – Conselho Federal de Contabilidade, além deste existem outros que disciplinam os procedimentos contábeis como, por exemplo: o IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, o IPECAFI – Instituto Brasileiro de pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras, e a CVM – Comissão de Valores Mobiliários (CFC, 2003, p. 23).

O CFC - Conselho Federal de Contabilidade, no dia 29 de dezembro de 1993, instituiu a Resolução nº 750 com o objetivo de regulamentar os Princípios Fundamentais de Contabilidade, mencionando em seu artigo 3º sete Princípios Fundamentais: Entidade, Continuidade, Oportunidade, Registro Pelo Valor Original, Atualização Monetária, Competência e Prudência.

Em seu artigo 1º, §1º estabelece a obrigatoriedade dos Princípios Fundamentais de Contabilidade no exercício da profissão contábil, mencionando ser os Princípios condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) (CFC, 2003, p. 25).

3.1.1 Princípio da Entidade

E em seu artigo 4º a Resolução 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade, estabelece a autonomia patrimonial à entidade, mencionando o seguinte:

O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

O Princípio da Entidade, o primeiro dos sete Princípios Fundamentais de Contabilidade, é considerado um dos pilares de sustentabilidade das entidades, e sem a sua observância, os demais Princípios Fundamentais perdem o seu sentido.

Conforme Iudícibus (2006, p.109) “Cumpreressaltar que, sem autonomia patrimonial fundada na propriedade, os demais Princípios Fundamentais perdem o seu sentido, pois passariam a referir-se a um universo de limites imprecisos”.

É notável a relevância do Princípio da Entidade para a Contabilidade e para o gerenciamento organizacional, pois o mesmo, delimita o objeto de estudo da Contabilidade, assegurando o patrimônio à entidade e proporcionando a mesma, condição para que ela possa alcançar resultados positivos por seus próprios meios, dimensionando a capacidade de vida da empresa e tornando-se elemento condicionante para a sua continuidade.

O Princípio da Entidade é fundamental para o sucesso da empresa. Contudo, para que o referido Princípio seja aplicado é indispensável que o empresário possua o devido conhecimento da obrigatoriedade da separação patrimonial, pois, quando o mesmo não observa este Princípio em sua empresa, contribui para que os relatórios contábeis sejam inverídicos, tornando a informação contábil ineficaz, haja vista que os mesmos, não estarão demonstrando a real situação patrimonial da empresa o que abrirá margem para possíveis dúvidas quanto às informações contábeis, e, decisões tomadas com base em informações erradas podem levar a empresa a sérios problemas, ou, até mesmo, à descontinuidade (MARION 1998).

3.1.2 Princípio da Continuidade

A Resolução nº 750/93 do CFC, estabelece em seu artigo 5º o Princípio da Continuidade, determinando que:

Art. 5º - A CONTINUIDADE ou não da ENTIDADE, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.

§ 1º - A CONTINUIDADE influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da ENTIDADE tem prazo determinado, previsto ou previsível.

§ 2º - A observância do Princípio da CONTINUIDADE é indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.

Por esse princípio entende-se que para fins contábeis a entidade é considerada um empreendimento em andamento, assim a continuidade da empresa, de certa forma adiciona valor aos ativos, pois, os mesmos devem ser avaliados segundo os benefícios futuros que

poderão gerar a empresa no decorrer da sua atividade e não pelo valor de venda dos ativos, caso este que só se justifica quando há o processo de descontinuidade da empresa (SANTOS; SCHMIDT e MACHADO, 2005).

3.1.3 Princípio da Oportunidade

O artigo 6º a Resolução 750/93, menciona o Princípio da Oportunidade:

Art. 6º - O Princípio da OPORTUNIDADE refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.

§ único – Como resultado da observância do Princípio da Oportunidade:

I – desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência;

II – o registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários;

III – o registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da ENTIDADE, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão.

Este Princípio refere-se à tempestividade e a integridade do registro do patrimônio, estabelecendo que o mesmo deve ser feito de imediato, ou seja, obriga que as variações sejam registradas no momento em que elas ocorrem e estabelece que sejam feitos na íntegra sem qualquer falta ou excesso de informação, a observância deste Princípio torna-se, indispensável para a fidedignidade da informação contábil (SANTOS; SCHMIDT e MACHADO, 2005).

3.1.4 Princípio do Registro pelo Valor Original

De acordo com o princípio do registro pelo valor original, os componentes do patrimônio da empresa devem ser registrados pelo valor que foram adquiridos na data das transações havidas com o mundo exterior à entidade, e que os mesmos, devem ser registrados em moeda corrente do Brasil (SANTOS; SCHMIDT e MACHADO, 2005).

Este princípio está fixado no artigo 7º da Resolução nº 750/93 do CFC:

Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da ENTIDADE.

3.1.5 Princípio da Atualização Monetária

O princípio da atualização monetária está definido no artigo 8º da Resolução 750/93 do CFC, o qual dispõe que: “Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.”

Contudo, em 1º de janeiro de 1996 entrou em vigor a Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, estabelecendo em seu artigo 4º, parágrafo único que: “fica vedada a utilização de qualquer sistema de correção monetária de demonstrações financeiras, inclusive para fins societários”.

3.1.6 Princípio da Competência

Este princípio diz que as receitas e as despesas devem ser contabilizadas na apuração do resultado do período em que os fatos geradores ocorreram, independentes do recebimento das receitas ou pagamento de despesas.

De acordo com o artigo 9º da Resolução nº 750/93 do CFC, que menciona o seguinte: “As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.”

3.1.7 Princípio da Prudência

Este princípio exige do profissional contábil atitudes cautelosas no processamento das informações contábeis, que uma vez registradas erroneamente podem causar perdas irreparáveis a seus usuários.

Este princípio está fundamentado no artigo 10 da Resolução nº 750/93 do CFC, que menciona o seguinte:

O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

O Princípio da Prudência permite registrar os ativos pelo menor valor, e que os passivos sejam registrados pelo maior valor, dessa forma o Patrimônio Líquido estará sendo

avaliado num nível menor e consequentemente os usuários e gestores ao se depararem com estas informações não estarão sujeitos a tomar decisões equivocadas.

Santos, Schmidt e Machado (2005, p. 51) fazem o seguinte comentário sobre a aplicação deste princípio:

A aplicação do princípio da prudência não deve levar a excessos, isto é, a situações classificáveis como manipulações do resultado, com a consequente criação de reservas ocultas. Pelo contrário, deve constituir garantia de inexistência de valores artificiais, de interesse específico de determinados usuários, especialmente administradores e controladores, aspecto muito importante nas entidades integrantes do mercado de capitais.

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade são verdadeiras premissas básicas de uma ciência, sendo assim, fornecem à Contabilidade o devido embasamento legal, com o objetivo de legitimar as atividades contábeis e dar aos usuários da Contabilidade a segurança de que as informações contidas nos relatórios contábeis são digneis de confiabilidade, transparentes e expressam a real situação patrimonial da empresa. Pois, só assim, a Contabilidade se torna um importante instrumento de auxílio ao gerenciamento organizacional (FRANCO, 1997).

4 RESULTADO E DISCUSSÃO DA PESQUISA

Essa pesquisa realizou-se no Município de Presidente Médici – Rondônia localizado às margens da BR 364, entre as cidades de Cacoal e Ji-Paraná, o qual possui uma área de 1.758 km e um total de 22.197 (vinte e dois mil, cento e noventa e sete) habitantes, segundo dados do Censo 2007, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

No dia 10 de agosto de 2009 foi entregue a 40 empresários, proprietários de Empresas localizadas no centro comercial do Município, um questionário contendo 15 questões de múltipla escolha, com o objetivo de identificar algumas características dos empresários do Município e saber se eles conhecem e observam o Princípio da Entidade em suas empresas, bem como, verificar se os mesmos, receberam orientações dos seus contadores sobre o referido Princípio, sendo assim, os questionários foram recolhidos no dia 12 do mesmo mês, haja vista que dos 40 empresários envolvidos na pesquisa, 37 responderam o questionário e apenas 03 empresários não responderam.

Das empresas envolvidas na pesquisa são todas associadas na Associação Comercial e Industrial do Município de Presidente Médici-RO, sendo que 73% são microempresas e

27% são empresas de pequeno porte, não houve, portanto, empresários de empresas de médio ou grande porte envolvidos na pesquisa.

A pesquisa também buscou identificar algumas características dos empresários do Município conforme demonstra a tabela 3:

Tabela 3 – Perfil dos empresários envolvidos na pesquisa

Faixa etária dos Empresários	20 a 30 anos 30%	30 a 40 anos 32%	40 a 60anos 38%		Acima de 60 -
Sexo	Masculino 41%		Feminino 59%		
Escolaridade	Ens. Fundamental 16%	En. Médio inc. 16%	En. Medio 33%	En. Superior inc. 24%	Ens. Superior 11%
Tempo que atua como Empresário	0 a 5 anos 27%	5 a 10 anos 27%	10 a 20 anos 24%	20 a 30 anos 19%	Acima de 30 anos 3%

Fonte: Pesquisado pelo autor (2009)

Analisando a tabela pode-se verificar que 38% dos empresários possuem idade entre 40 e 60 anos, 32% entre 30 e 40 anos e 30% entre 20 e 30, fica evidente que 70% dos empresários possuem idade superior a 30 anos. Outro dado interessante expressa o grande interesse das mulheres em administrar o seu próprio negócio, sendo comprovado pela pesquisa que 59% dos empresários envolvidos são do sexo feminino.

Quanto ao quesito escolaridade, constatou-se que 16% dos empresários possuem apenas o ensino fundamental, outros 16% possuem ensino médio incompleto, 33% com ensino médio completo, 24% com superior incompleto e apenas 11% possui curso de graduação de nível superior. Esses percentuais demonstram o baixo nível de escolaridade dos empresários, haja vista que 32% dos empresários envolvidos na pesquisa não possui o ensino médio completo e que 89% não possui ensino superior, nível de escolaridade teoricamente considerado compatível com as funções exigidas de um gestor.

Quando questionados, sobre o tempo que atuam como empresário, os mesmos responderam da seguinte forma: 27% atuam como empresário há menos de cinco anos, outros 27% possuem experiência entre 5 e 10 anos, 24% entre 10 e 20 anos de experiência, 19%

entre 20 a 30 anos e 3% com mais de 30 anos de experiência como empresário. Estes dados revelam que a maioria dos empresários envolvidos na pesquisa possui grande experiência como gestores de empresas, embora não possuam conhecimentos teóricos advindo de um grau de escolaridade maior conforme revelado anteriormente, são em grande parte conhecimentos empíricos, adquiridos com a prática do dia-a-dia.

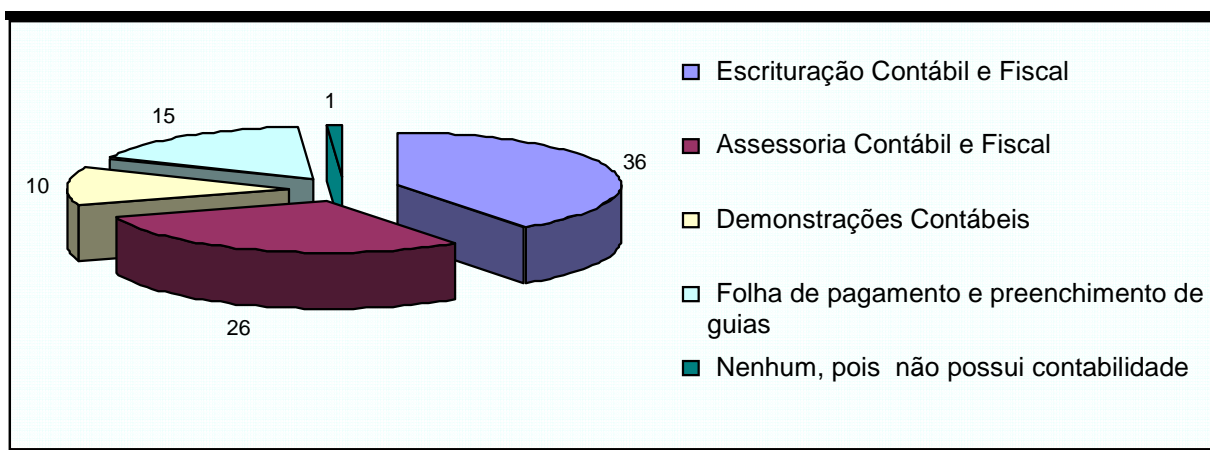


Figura 1 – Serviços prestados pelo Profissional Contábil às empresas pesquisadas
Fonte: Pesquisado pelo autor (2009)

Com relação aos serviços prestados pelo profissional contábil às empresas envolvidas na pesquisa, conforme figura 1, os empresários responderam da seguinte forma: 36 empresários responderam que o profissional contábil realiza a escrituração contábil e fiscal em suas empresas, 26 responderam que além da escrituração contábil e fiscal também é realizada a assessoria contábil e fiscal, 10 responderam que são oferecidas demonstrações contábeis e 15 folha de pagamento e preenchimento de guias, apenas um empresário respondeu que sua empresa não possui contabilidade. Nota-se que na grande maioria das empresas os empresários utilizam o serviço do profissional contábil apenas para atender as exigências fiscais.

No intuito de verificar se os empresários estão observando o Princípio da Entidade foi questionado aos mesmos se já realizaram aquisição de bens ou serviços de uso particular utilizando o nome da empresa, haja vista que esse procedimento é contrário ao estabelecido pelo Princípio em análise. Essa operação é prejudicial à empresa, pois os patrimônios do proprietário da empresa se misturam, dessa forma os relatórios contábeis não apresentam a real situação patrimonial da empresa, o que pode comprometer todo o processo de gestão, portanto, tal prática não é recomendável (RESOLUÇÃO nº 750 do CFC, 1993).

Em relação à questão sobre a aquisição de bens e serviços para uso particular utilizando o nome da empresa, 76% dos empresários nunca realizaram esse procedimento, no entanto, 24% já realizaram tal operação, um percentual bastante significativo de empresários que nesse quesito descumprem o Princípio da Entidade.

Perguntou-se aos empresários por meio do questionário qual o procedimento adotado em suas empresas quanto a utilização de conta bancária para movimentação de capital da empresa, uma vez que ao se misturar o dinheiro da empresa e o do proprietário, configura-se o derespeito ao Princípio da Entidade.

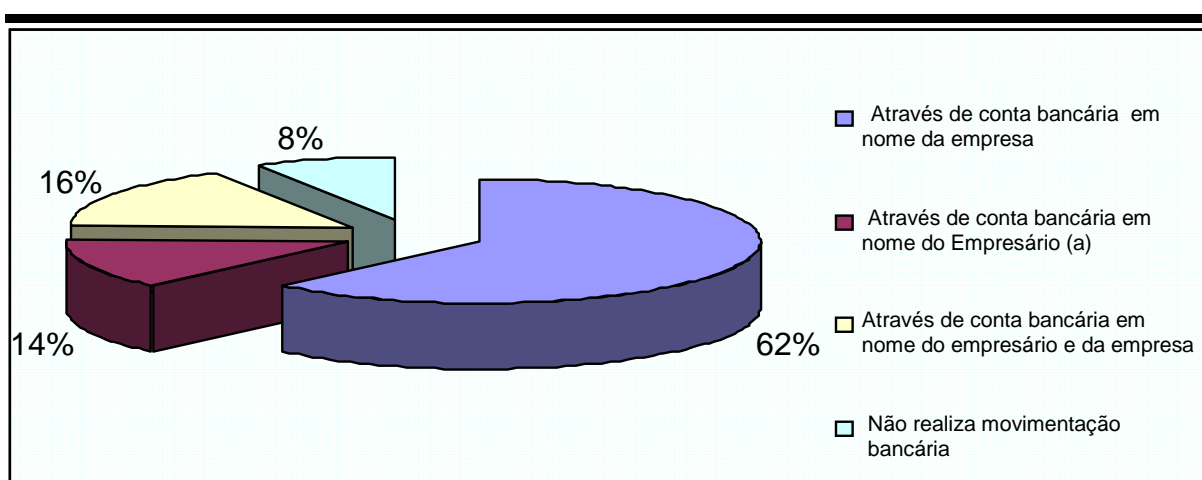


Figura 2 – Movimentação bancária das empresas
Fonte: pesquisado pelo autor (2009)

Conforme a figura 2 obteve-se o seguinte resultado: 62% dos empresários afirmaram que a movimentação bancária da empresa é realizada em uma conta bancária exclusivamente em nome da empresa, 14% afirmam que a movimentação é realizada em uma conta em nome do empresário, 16% em contas em nome do proprietário e 8% respondeu que suas empresas não realizam movimentação bancária. Assim a pesquisa identificou que 30% dos empresários não observam a separação patrimonial.

Uma das formas de retirar recursos da empresa pelo empresário dentro dos procedimentos legais da Contabilidade para custear suas despesas pessoais é a retirada de uma remuneração mensal previamente estabelecida, denominada pró-labore (SEBRAE, 2009).

Quando questionados sobre a retirada mensal a título de pró-labore, 70% dos empresários responderam receber essa remuneração e 30% disseram não realizar esse procedimento. Entretanto, a retirada mensal do pró-labore não impede que o empresário retire recursos da empresa para pagar suas despesas pessoais, o que em tese seria o ideal, haja vista

que essa remuneração é estipulada para esse fim, ou seja, para que o administrador não necessite retirar dinheiro do caixa da empresa para quitar suas dívidas.

Contudo, perguntou-se aos empresários se os mesmos, já retiraram dinheiro da empresa além do pró-labore para o pagamento de despesas pessoais, cerca de 57% afirmaram que sim e 43% não.

Foi questionado aos empresários qual é o procedimento adotado quando os mesmos necessitam utilizar recursos da empresa para o pagamento de despesas pessoais.

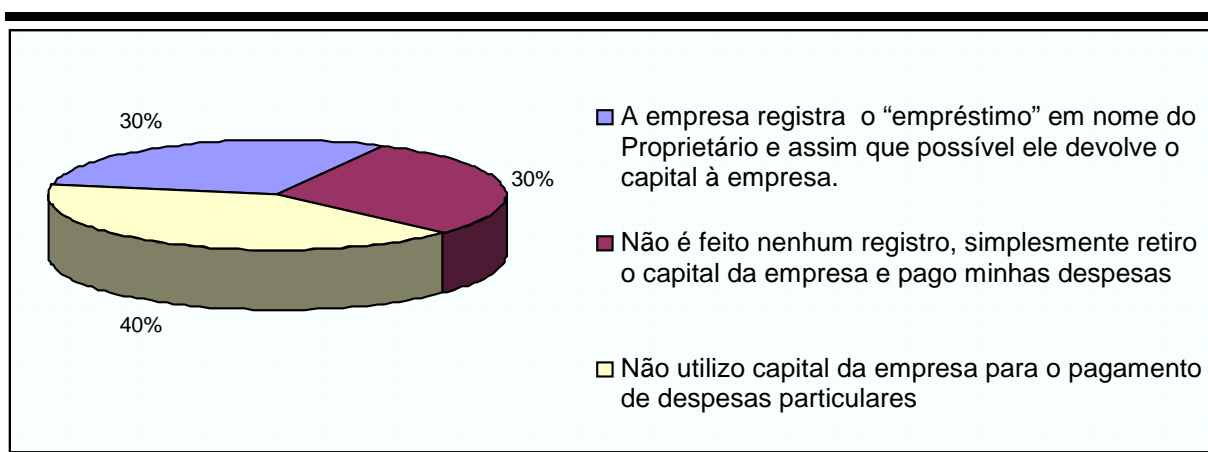


Figura 3 – Utilização do dinheiro da empresa para pagar despesas pessoais

Fonte: pesquisado pelo autor (2009)

Conforme demonstrado na figura 3 foi possível identificar que 30% dos empresários afirmaram que quando necessitam de dinheiro para pagar suas despesas, simplesmente retiram o dinheiro da empresa sem efetuar nenhum registro contábil, não havendo, portanto, a separação entre as contas pessoais e as da empresa, 30% responderam que quando surge essa necessidade, a empresa registra o fato como empréstimo em nome do proprietário e assim que possível ele devolve o dinheiro à empresa, e, 40% afirmaram não utilizarem capital da empresa para pagamento de despesas pessoais.

A utilização de capital da empresa para pagamento de despesas pessoais deve ser evitada, pois se realizada frequentemente ou em grande valor, pode comprometer o caixa da empresa, afetando sua capacidade de solvência (capacidade que a empresa possui para quitar suas obrigações), no entanto, quando inevitável essa operação, o fato deve ser registrado na empresa para que ela adquira o direito de resgatar do seu proprietário o montante que lhe emprestou. Agindo o proprietário dessa forma contribuirá para a manutenção da autonomia patrimonial da empresa e para observância do princípio da entidade.

A empresa, assim como o proprietário, também está sujeita a dificuldades financeiras vindo a necessitar de capital de terceiros para cumprir com suas obrigações. Ao surgir essa necessidade alguns empresários acham por bem pagar com seu dinheiro as dívidas da empresa. Este fato quando não registrado na empresa, fere o Princípio da Entidade e distorce os dados enviados à contabilidade, influenciando diretamente o resultado da empresa, pois as informações contidas nos relatórios contábeis não expressarão a real situação patrimonial, o que pode levar administradores e investidores a tomar decisões com base em informações erradas, comprometendo todo o processo gerencial da empresa (MARION, 1998).

Foi questionado aos empresários qual o procedimento adotado quando a empresa necessita de capital de terceiro para cumprir com suas obrigações.

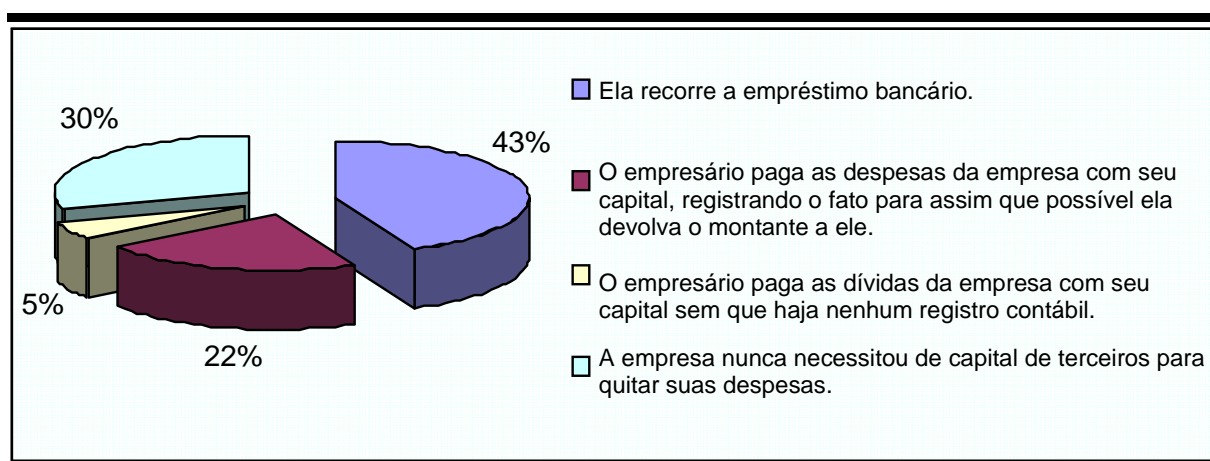


Figura 4 – Quando a empresa necessita de capital de terceiros para quitar com suas obrigações.
Fonte: pesquisa do pelo autor (2009)

Assim, a figura 4 – evidenciou que 43% dos empresários afirmaram que quando a empresa necessita de capital de terceiros para quitar suas obrigações, ela recorre ao crédito bancário, 22% pagam as dívidas da empresa registrando o fato na contabilidade para assim que possível ela devolva o montante para ele, 5% pagam as dívidas da empresa e não efetuam nenhum registro contábil e 30% afirmaram que a empresa nunca necessitou de capital de terceiros para quitar suas despesas.

De acordo com o princípio da entidade quando o proprietário mistura as contas pessoais com as da empresa, a mesma perde a sua autonomia patrimonial, tornando-se difícil saber se a empresa está sobrevivendo por seu próprio esforço, ou, saber se está dando lucro ou prejuízo. A pesquisa buscou identificar se empresários sabem se suas empresas estão dando lucro ou prejuízo, buscou saber também qual a destinação do lucro apurado nas empresas pesquisadas.

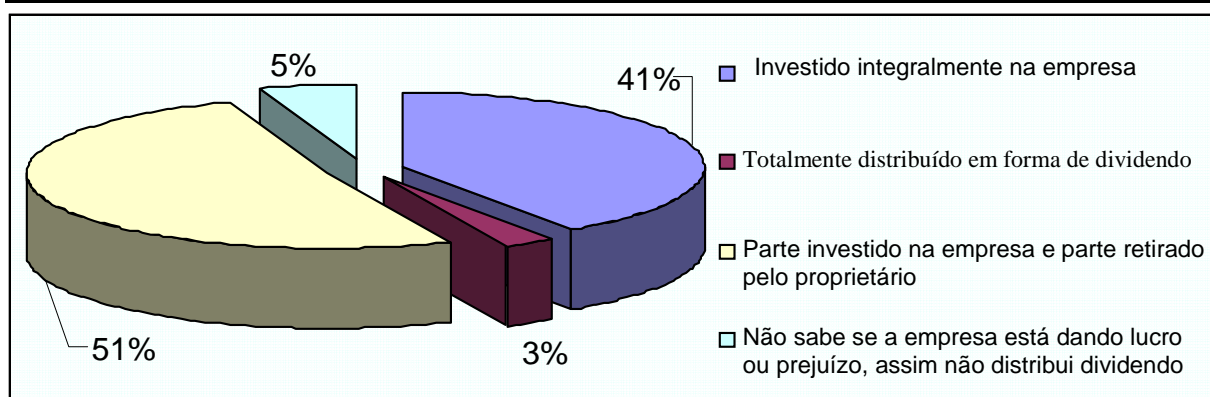


Figura 5 – Destinação do Lucro da empresa
 Fonte: pesquisado pelo autor (2009)

Dos empresários envolvidos na pesquisa, conforme a figura 5, 51% responderam que parte do lucro reinvestem na empresa e outra parte tiram a título de dividendo, 41% disseram que o lucro é reinvestido integralmente na empresa, 3% distribuem totalmente o lucro a título de dividendo e 5% afirmaram não saber se a empresa está dando lucro ou prejuízo, fator este, motivado pela desorganização, pois, quando não há separação entre as contas pessoais e as da empresa torna-se difícil saber o resultado alcançado pela entidade, se positivo ou negativo.

Observa-se que grande maioria dos empresários conhecem o resultado gerado em suas empresas mesmo descumprindo em alguns quesitos o princípio da entidade, fato este que pode demonstrar um resultado que não condiz com a realidade da empresa.

Um bom gerenciamento organizacional, direcionado por informações contábeis úteis e precisas sobre o patrimônio da empresa, certamente proporcionará resultados positivos e para se obter um eficaz gerenciamento organizacional é imprescindível que o gestor conheça e observe o Princípio da Entidade em sua empresa (ORRÚ, 1991).

Para que efetivamente o Princípio da Entidade venha a ser implementado na gestão das empresas, torna-se imprescindível que os contadores forneçam as devidas orientações sobre o mesmo aos empresários. Afinal, o profissional contábil está obrigado a observar o que está previsto nos Princípios e Normas Contábeis, uma vez que a Resolução nº 750 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, menciona que os Princípios Fundamentais de Contabilidade possuem caráter obrigatório para o exercício da profissão contábil no Brasil, sendo portanto, ao contador confiado o dever e a responsabilidade em informar aos empresários quais consequências podem advir para contabilidade e para o gerenciamento da empresa quando não se observa o referido Princípio (RESOLUÇÃO nº 750 do CFC, 1993).

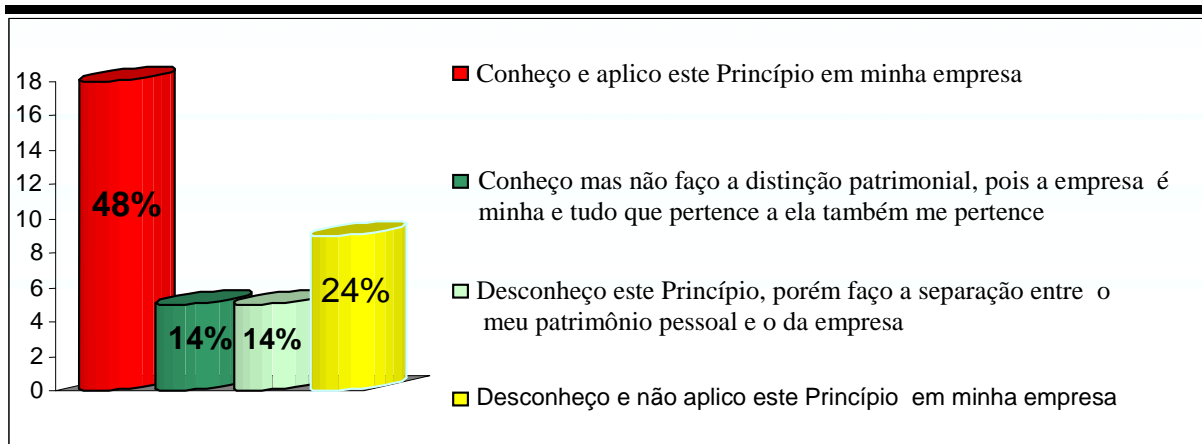


Figura 6 – Conhece e aplica o Princípio da Entidade em sua empresa
 Fonte: pesquisado pelo autor (2009)

A pesquisa buscou verificar se os empresários conhecem e aplicam o Princípio da Entidade em suas empresas, sendo assim, a figura 6 demonstra que 48% dos empresários afirmaram conhecer e aplicar o referido Princípio em suas empresas, no entanto, ao analisar todo questionário, verificou-se que desses 48% apenas 32% realmente observam o Princípio na prática; 14% afirmaram conhecer o Princípio, no entanto, não realizam a separação patrimonial.

Esse percentual revela a grande dificuldade que alguns empresários enfrentam em adotar novos padrões de gestão. Ao analisar o questionário, percebe-se que esses empresários atuam no mercado há mais de 10 anos, possuem bastante experiência e a maioria deles já foram orientados por seu contadores, no entanto, insistem em não observar o referido Princípio, nota-se que a resistência à quebra de paradigmas é um dos fatores que influenciam a não observância do Princípio da Entidade.

Percebe-se também que 14% dos empresários responderam desconhecer o Princípio, porém, afirmaram realizar a separação patrimonial, contudo, evidenciou-se que desses 14% apenas 6% realizam a distinção patrimonial, e, 24% afirmaram desconhecer o Princípio e não fazem a distinção entre o patrimônio pessoal e o da empresa. Portanto, ficou evidente que apenas 38% dos empresários realmente separam o patrimônio pessoal do patrimônio da empresa, ou seja, 62% não observam o Princípio da Entidade, sendo que desses 62%, 24% desconhecem o Princípio e não observam, 14% conhecem mas ignoram essa obrigação e 24% pensam estar realizando a separação patrimonial, quando na realidade não estão.

Constatou-se na figura 6 que 62% dos empresários afirmaram conhecer o Princípio da Entidade, sendo assim, perguntou-se a esses empresários como eles obtiveram o conhecimento sobre a distinção entre o patrimônio pessoal e o da empresa.

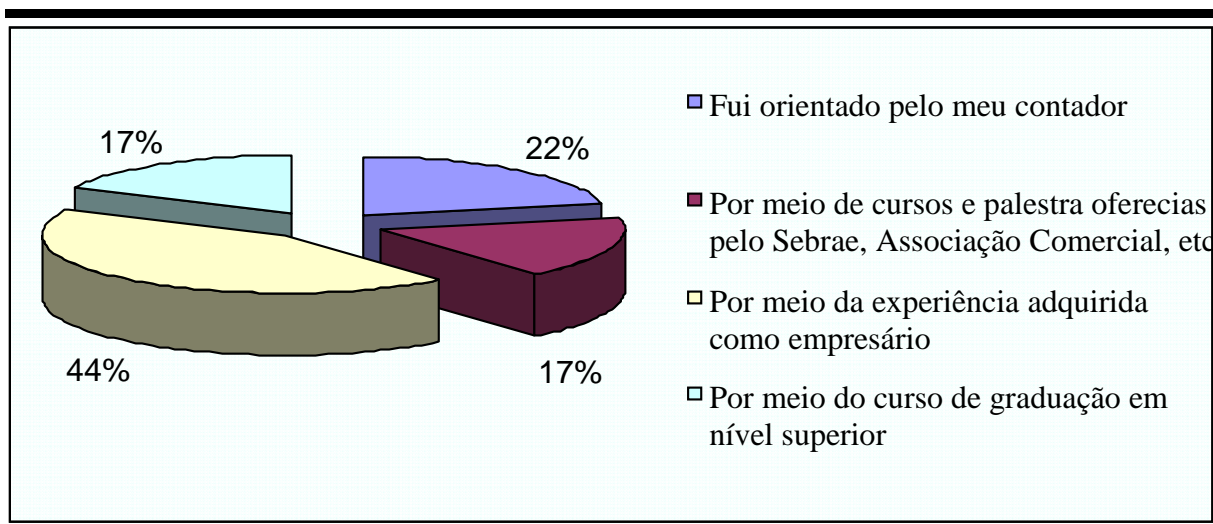


Figura 7 – Orientação sobre o Princípio da Entidade
Fonte: pesquisado pelo autor (2009)

A pesquisa revelou, conforme a figura 7, que destes empresários apenas 22% obtiveram o conhecimento por meio da orientação fornecida por seus contadores, 44% afirmaram ter obtido o conhecimento sobre a distinção patrimonial por meio da experiência adquirida ao longo dos anos como empresários, 17% responderam que foi por meio de cursos e palestras que participaram e 17% por meio do curso de graduação de superior.

Nota-se, que dos proprietários que afirmaram conhecer o Princípio da Entidade, cerca de 78% deles obtiveram esse conhecimento por meio diverso ao da orientação do profissional contábil, que forneceu orientação apenas a 22% dos empresários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou que grande parte dos empresários do Município de Presidente Médici-RO não realizam a separação entre as contas pessoais e as da empresa, destacando-se como principais fatores que influenciaram tal atitude, a falta de orientação do profissional contábil e a resistência à quebra de paradigmas.

Ficou evidente que 38% dos empresários envolvidos na pesquisa observam o Princípio da Entidade e 62% não realizam a separação entre o patrimônio pessoal e o da

empresa, percentual bastante preocupante, pois essa inobservância é considerada um dos principais fatores que colaboram para a descontinuidade do empreendimento.

Constatou-se também que dos 37 empresários envolvidos na pesquisa 23 afirmaram conhecer o Princípio da Entidade, sendo que a maioria destes (78% dos que afirmaram conhecer o Princípio da Entidade) obtiveram o conhecimento por meio da experiência adquirida com o tempo, outros por meio de cursos e palestras e apenas um pequeno percentual por meio do profissional contábil o que demonstra, segundo a pesquisa embasada nas afirmações dos empresários, uma certa ineficiência do profissional contábil em esclarecer os benefícios que a aplicação do referido Princípio pode proporcionar ao gerenciamento organizacional.

Diante desse contexto, conclui-se que os objetivos da pesquisa foram plenamente alcançados, e, no intuito de contribuir ainda mais, sugere-se como tema para novas pesquisas, verificar junto aos escritórios de contabilidade quais as principais práticas de assessoria são oferecidas pelos contadores aos empresários do Município de Presidente Médici-RO, uma vez que houve um percentual significativo de empresários que afirmaram receber assessoria contábil, no entanto, houve um índice muito grande de empresários que relataram não receber orientação dos seus contadores sobre o Princípio da Entidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso. Senado. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei 6.385 de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <<http://www.leidireto.com.br/lei-11638.html>> Acessado em: 14 de agosto de 2009.

_____. Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Leis/Ant2001/lei924995.htm>> Acesso em: 15 de agosto de 2009.

_____. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Alterada pela Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007. Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/LeisComplementares/2006/leicp123.ht>> acesso em: 11 de agosto de 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Resolução CFC N.º 750/93.**

Brasília: 1993. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_750.doc> Acesso em 02 de novembro de 2008.

_____. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade/** Conselho Federal de Contabilidade. Brasília: CFC, 2003.

_____. **Resolução CFC N.º 774/94. Aprova o apêndice à resolução sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade.** Disponível em:

<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_774.doc> Acesso em 10 de novembro de 2008

FONTES, José Carlos. **Manual do Contabilista.** Porto Velho: Celigráfica, 2001.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral.** 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDÁ, Michael F. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE. Contagem da População 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 de agosto de 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Rubens, Ernesto. **Manual de contabilidade das sociedades por ações.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

NAGATSUKA, Divane Alves da Silva; TELES, Egberto Lucena. **Manual de Contabilidade Introdutória.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

ORRÚ, Mussolini. **Contabilidade Geral – Fundamentos.** 2. ed. São Paulo: Scipione, 1991.

SANTOS, José Luiz dos; SCHIMIDT, Paulo e MACHADO, Nilson Perinazzo. **Fundamentos da teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2005.

SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria da contabilidade.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Princípios Fundamentais de Contabilidade.** 3ª. ed. São Paulo Atlas, 2000.

SEBRAE, **Como separar as contas da pessoa física e pessoa jurídica?**.Disponível em: <<http://www.sebraesp.com.br/principal/abrindo%20seu%20neg%F3cio/orienta%E7%F5es/cria%E7%E3o%20de%20empresas/operacionaliza%E7%E3o/oper07juri.aspx>>. Acesso em: 26 de Julho de 2009.

_____.**Crítérios para Definição do Porte das Empresas**. Disponível em: <http://www.ms.sebrae.com.br/OrientaçãoEmpresarial/estudos/>> Acesso em: 02 de Agosto de 2009.

OBRAS CONSULTADAS

BORGES, Creunice et al. **Manual de Orientações para Elaboração e Apresentação de Artigos de Conclusão de Curso: cursos de Administração e Ciências Contábeis**. Cacoal: Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2007.

APÊNDICE

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

1 – Idade:

- ☐ 20 a 30 anos
- ☐ 30 a 40 anos
- ☐ 40 a 60 anos
- ☐ + de 60 anos

2 – Sexo:

- ☐ masculino
- ☐ feminino

3 – Escolaridade:

- ☐ Ensino Fundamental
- ☐ Ensino Médio incompleto
- ☐ Ensino Médio
- ☐ Superior Incompleto
- ☐ Superior

4 – Há quanto tempo atua como empresário?

- ☐ 0 a 5 anos
- ☐ 5 a 10 anos
- ☐ 10 a 20 anos
- ☐ 20 a 30 anos
- ☐ + de 30 anos

5 – Sua Empresa atual enquadra-se como:

- ☐ Microempresa
- ☐ Empresa de Pequeno Porte
- ☐ Empresa de Médio Porte
- ☐ Empresa de Grande Porte

6 – Quais desses serviços são oferecido pelo profissional contábil à sua empresa?

- ☐ Escrituração Contábil e Fiscal.
- ☐ Assessoria Contábil e Fiscal.
- ☐ Demonstrações Contábeis.
- ☐ Folha de pagamento e preenchimento de guias.
- ☐ Nenhum, pois não possui contabilidade.

7 – O Senhor (a) já realizou a aquisição de bens ou serviços para uso particular utilizando o nome da empresa?

- ☐ Sim
- ☐ Não

8 – A movimentação bancária da empresa acontece de que forma?

- ☐ Através de conta bancária em nome da Empresa.
- ☐ Através de conta bancária em nome do Empresário (a).
- ☐ Através de conta bancaria em nome do Empresário (a) e da Empresa.
- ☐ Não realiza movimentação bancária.

9 – O Senhor (a) como proprietário (a) da empresa recebe uma remuneração mensal, estipulada previamente, conhecida como pró-labore?

☐ Sim

☐ Não

10 – Já foi necessário retirar dinheiro da empresa além do pró-labore para o pagamento de despesas pessoais?

☐ Sim

☐ Não

11 – Quando ocorre à necessidade do empresário utilizar capital da empresa para pagamento de despesas particulares qual o procedimento adotado?

☐ A Empresa registra o “empréstimo” em nome do proprietário para assim que possível ele devolva o capital a empresa.

☐ Não é feito nenhum registro, simplesmente retiro o capital da empresa e pago minhas despesas.

☐ Não utilizo capital da Empresa para o pagamento de despesas particulares.

12 – Qual o procedimento adotado quando a Empresa necessita de capital de terceiros para quitar suas dívidas?

☐ Ela recorre a empréstimo bancário.

☐ O Empresário paga as dívidas da empresa com capital particular, registrando-se o fato na empresa para que assim que possível ela pague o empréstimo a ele.

☐ O Empresário simplesmente paga as dívidas da empresa com seu capital particular, sem que o fato seja registrado na contabilidade da empresa.

☐ Nenhum destes, pois a empresa nunca necessitou de capital de terceiro, todas as dívidas são pagas exclusivamente com capital da Empresa.

13 – O lucro apurado na empresa é destinado a:

☐ Investido integralmente na própria empresa

☐ Totalmente distribuído em forma de dividendos.

☐ Parte investido na empresa e parte retirado pelos sócios ou proprietário

☐ Não se sabe exatamente se a empresa está obtendo lucro ou prejuízo, por isso não é realizada a distribuição de lucro.

14 – A Contabilidade estabeleceu por meio de um dos seus Princípios Fundamentais, o Princípio da Entidade. Este Princípio diz que em hipótese alguma se deve misturar o patrimônio registrado em nome da empresa com o patrimônio particular do seu proprietário. O Senhor (a) conhece e cumpre com esta obrigação em sua empresa?

☐ Conheço e aplico este princípio em minha empresa

☐ Conheço, mas não faço a separação entre os patrimônios, pois a empresa é minha e tudo que pertence a ela também me pertence.

☐ Desconheço este princípio, porém faço a distinção entre o que pertence a empresa e o que me pertence

☐ Desconheço e não aplico este Princípio em minha empresa

15 – Como o Senhor (a) obteve o conhecimento sobre a obrigatoriedade da separação entre o patrimônio da empresa e o patrimônio do proprietário?

☐ Meu Contador me orientou sobre este Princípio.

- () Por meio de cursos e palestras oferecidos por instituições como Sebrae, Associação Comercial, etc.
- () Por meio da experiência adquirida ao longo dos anos, como administrador.
- () Por meio do curso de graduação em nível superior.

ANEXOS

**ANEXO A – DECLARAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE
PRESIDENTE MÉDICI – RO**



Associação Comercial e Industrial de Presidente Médici

Rua Nova Brasília, nº. 2721, Centro,
Presidente Médici, Estado de Rondônia
CNPJ/MF: 22.859.003/0001-18
Fone/Fax: 69. 3471.2578

DECLARAÇÃO

A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PRESIDENTE MÉDICI, devidamente inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ nº.22.859.003/0001-18, estabelecida à Rua Nova Brasília, nº.2721, Centro, Município de Presidente Médici, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Presidente Sr. **ALCIDES BALBINO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no Cadastro de Pessoa Física CPF nº.390.549.182-68 e portador da Cédula de Identidade RG nº.418.124 SSP/RO, **DECLARA** para os devidos fins e a quem possa interessar que atualmente possuem em seu quadro associativo 128 empresas ativas na entidade.

Por ser esta a pura expressão da verdade, dato, dou fé e assino a presente no sentido de que possa surtir todos os efeitos legais e fins desejados.

Presidente Médici-RO, 19 de Novembro de 2008.

Alcides Balbino dos Santos
Presidente